

Desindexação exige base política, dizem economistas

SÃO PAULO — Economistas defenderam ontem o desenvolvimento de uma política de desindexação, admitida pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e a adoção de uma moeda forte, proposta pelo futuro negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende. Antes dessas medidas serem implementadas, contudo, ressalva o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, seria necessário um amplo ajuste das contas públicas, a revisão da legislação tributária e um reforço da base política governamental.

— Com a fragilidade política e econômica atual do país, seria uma imprudência o Governo tentar algo drástico. Qualquer

pirueta, nesse momento, traria alívio no curto prazo, mas agravaria a situação do país no futuro — afirmou Batista, que é professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

A avaliação do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Alcides Lopes Tápias, é semelhante. Ele afirmou que só com a inflação de um dígito é possível adotar a desindexação. Para ele, inflação nesse patamar só se registrará no final do próximo ano.

— Se o Governo ficar ansioso e recorrer a essa medida, ele vai errar — afirmou Tápias.

Para o coordenador da Funda-

ção Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Heron do Carmo, só respaldado por uma base política mais ampla, o Governo poderá pensar em desindexação ou dolarização. Sem apoio parlamentar, ficam inviabilizadas, por exemplo, acrescentou, as iniciativas no sentido de colocar em ordem as contas públicas.

— O Governo tem conseguido apenas adesões de ocasião, que não asseguram a votação sem traumas de qualquer projeto — acentuou Carmo.

A grande dificuldade da equipe econômica para a implantação de medidas como a desindexação, na avaliação de Carmo, é o insucesso do Governo em seu

programa de estabilização econômica. Uma opinião que é compartilhada pelo economista Carlos Alberto Longo, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Ele acredita que, embora necessária, a desindexação não será adotada na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

— Essa equipe não fez nada até agora em nenhuma frente: nem na orçamentária, nem na tributária e nem na monetária. Com isso, o ministro tem demonstrado que não tem apetite por uma reforma mais radical na economia — ressaltou Longo.